CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 23.065/18/3ª Rito: Sumário
PTA/AI: 16.001394805-67
Impugnação: 40.010145560-06
Impugnante: Marco Antônio Terra
CPF: 891.327.936-34
Origem: DF/Poços de Caldas

EMENTA

RESTITUIÇÃO - IPVA - TRLAV. Ocorrido o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor - IPVA, nos termos do art. 2º, inciso II, § 3º da Lei nº 14.937 de 23/12/03, nasce para o proprietário a obrigação de pagar o tributo. Isenção inaplicável uma vez não requerida, nos termos do art. 8º do RIPVA/03, e ainda, ocorrido o licenciamento do veículo, tem-se por prestado o serviço remunerado pela Taxa de Renovação do Licenciamento Anual do Veículo - TRLV.

Impugnação improcedente. Decisão pelo voto de qualidade.

RELATÓRIO

O Requerente pleiteia da Fazenda Pública Estadual, conforme documentos de fls. 02/04, a restituição dos valores pagos a título de IPVA e TRLV, relativos ao exercício de 2017, ao argumento de que o veículo fora arrematado em hasta pública e havia previsão no edital do leilão para o não pagamento do imposto vencido e dos acréscimos legais devidos.

A Administração Fazendária, em despacho de fls. 21, indeferiu o pedido.

Inconformado, o Requerente apresenta, tempestivamente, Impugnação às fls. 23, contra a qual a Fiscalização manifesta-se às fls. 28/36.

Em sessão realizada em 05/09/18, acorda a 3ª Câmara de Julgamento do CC/MG, em preliminar, à unanimidade, em deferir o pedido de vista formulado pela Conselheira Cindy Andrade Moraes, nos termos da Portaria nº 04, de 16/02/01, marcando-se extrapauta para o dia 11/09/18, ficando proferidos os votos dos Conselheiros Erick de Paula Carmo (Relator) e Lilian Cláudia de Souza que julgavam parcialmente procedente a impugnação para deferir, em parte, a restituição do IPVA relativa ao período anterior a 13/09/17.

DECISÃO

Trata-se de pedido de restituição de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e da Taxa de Renovação do Licenciamento Anual do Veículo (TRLV), ambos relativos ao exercício de 2017.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Inicialmente, é importante relacionar os fatos que teriam levado o Requerente a formular o pedido de restituição dos tributos.

Consta dos autos, que o veículo esteve sob as seguintes condições:

- 1 - Apreendido em 15/02/16;
- 2 - Arrematado em leilão, no dia 13/09/17, por terceiro;
- 3 - Liberado para registro do arrematante em 18/10/17;
- 4 - Adquirido pelo Requerente em 14/11/17;
- 5 - Regularização dos tributos em 10/01/18 (fls. 11/13).

Da Restituição do IPVA

O Requerente declara que faz jus à restituição do IPVA, uma vez que, o item 16.10 do Edital de Leilão (fls. 10) estabelece que o registro, a matrícula ou licença do veículo independe da quitação de possível imposto vencido, como segue:

16.10 - Serão feitos o registro, a matrícula ou licença do veículo adquirido em leilão em nome do adquirente, independentemente de prova do pagamento do imposto vencido e dos acréscimos legais devidos antes da alienação, continuando o ex-proprietário responsável pelos débitos até então contraídos;

Contudo, não é este o melhor entendimento que o dispositivo enumerado deve merecer. Há de se observar dois aspectos fundamentais relacionados com a liberação da prova de quitação do tributo disposta no item sob análise.

O primeiro diz respeito ao imposto vencido, prescrevendo o edital ser desnecessária a prova de sua quitação para a regularização do veículo leiloadado, desde que devido “antes da alienação”. Ou seja, a totalidade da dívida tributária, impostos e seus acréscimos legais, existente no período anterior à arrematação, não acompanhará o veículo.

O segundo se relaciona com o sujeito passivo da dívida tributária, atribuindo ao ex-proprietário a responsabilidade pelos débitos até então existentes. A medida garante ao arrematante a entrega de um veículo livre de ônus até a data da arrematação, cabendo-lhe responsabilidades a partir da data em que assume a posse do bem arrematado.

É incontroverso nos autos que o imposto do exercício de 2017 foi pago integralmente e que o veículo foi arrematado em leilão, permaneceu apreendido no período de 15/02/16 a 12/09/17.

No entanto, examinando o despacho de indeferimento do pedido, contra o qual se insurge o Impugnante, verifica-se que no presente caso, por falta de amparo legal, não cabe a restituição integral do IPVA; e, por descumprimento de pressuposto condicional regulamentar indispensável, a restituição parcial do tributo, como se verá.

No caso de veículo apreendido em leilão, vigorará a isenção do IPVA durante o período da apreensão, desde que concedida por provocação do interessado, com efeitos monetários limitados a esse interregno, pelas razões a seguir expostas.

O aspecto material da hipótese de incidência do IPVA é a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito ao registro, matrícula ou licenciamento no estado, consoante art. 1º da Lei nº 14.937/03, *in verbis*:

Art. 1º - O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

(...)

Por sua vez, seu aspecto temporal, vale dizer, o momento em que o elemento material (a propriedade de veículo automotor) deve ser aferido para fins de exigência do imposto é, no caso de veículo usado, o dia 1º de janeiro de cada exercício, conforme art. 2º, inciso II da Lei nº 14.937/03:

Art. 2º - O fato gerador do imposto ocorre:

(...)

II - para veículo usado, no dia 1º de janeiro de cada exercício;

(...)

§ 3º Tratando-se de veículo usado que não se encontrava anteriormente sujeito a tributação, considera-se ocorrido o fato gerador na data em que se der o fato ensejador da perda da imunidade ou da isenção.

(...)

Verificada a propriedade de veículo automotor usado no dia 1º de janeiro de cada exercício, completada está a ocorrência do fato gerador do IPVA, adicionando-se a esses dois aspectos (material e temporal), os demais elementos da hipótese de incidência (subjeto, espacial e quantitativo), para fins de exigência do imposto.

A exceção pode ser contemplada nos casos de parte do período se encontrar submetido à hipótese de imunidade ou de isenção, conforme disposto no § 3º acima exposto.

Como visto, o IPVA incide anualmente sobre a propriedade de veículo automotor, mas, pode estar condicionado ao estabelecimento de proporção em relação ao “*quantum debeatur*” em situações especiais legalmente previstas.

A situação dos autos remonta a veículo apreendido e arrematado em leilão, caso em que se aplicará a isenção prevista no inciso XI do art. 3º da Lei nº 14.937/03, transcrito a seguir:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 3º - É isenta do IPVA a propriedade de:

(...)

XI - veículo adquirido em leilão promovido pelo poder público, no período entre a data de sua apreensão e a data da arrematação;

(...)

Pode-se extrair do dispositivo legal acima enumerado, que opera a isenção do IPVA no período em que o veículo esteve apreendido, vigorando até a data da sua arrematação, não havendo de se perquirir tributo nesse lapso temporal.

Essa situação especial não interfere na determinação do proprietário do veículo como contribuinte do imposto, mas altera a responsabilidade do adquirente do veículo em leilão, como pode ser notado no disposto no art. 4º e parágrafo único do art. 6º da Lei nº 14.937/03, a saber:

Art. 4º Contribuinte do IPVA é o proprietário de veículo automotor.

(...)

Art. 6º O adquirente do veículo responde solidariamente com o proprietário anterior pelo pagamento do IPVA e dos acréscimos legais vencidos e não pagos.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica ao adquirente de veículo vendido em leilão promovido pelo poder público.

(...)

(Grifou-se).

E esse é o caso sob análise, pagamento de IPVA relativo a aquisição de veículo em leilão promovido pelo Detran/MG.

Entretanto, a concessão de isenção relacionada ao caso concreto, se submete ao disposto no Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - RIPVA no que concerne aos procedimentos necessários à sua concessão e implementação no sistema cadastral veicular.

Em coro com os ditames da lei acima citada, o inciso XI do art. 7º do RIPVA, replica a isenção do tributo no período entre a data de sua apreensão e a data da arrematação, competindo ao art. 8º do mesmo regulamento, traçar as regras necessárias ao seu reconhecimento, na forma do abaixo disposto:

Art. 7º É isenta do IPVA a propriedade de:

(...)

XI - veículo adquirido em leilão promovido pelo poder público, no período entre a data de sua apreensão e a data da arrematação;

(...)

Art. 8º Nas hipóteses abaixo relacionadas, a isenção depende de reconhecimento mediante requerimento apresentado à repartição fazendária

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

do município de registro, matrícula ou licenciamento do veículo, conforme modelo disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda (www.fazenda.mg.gov.br), acompanhado de:

(...)

VIII - documentos comprobatórios da aquisição ou do contrato de comodato, nas hipóteses dos incisos XI, XII e XVIII do caput do art. 7º;

(...)

(Grifou-se).

Portanto, conforme o acima disposto, a isenção não é concedida de ofício, cabendo ao arrematante do veículo em leilão, na posse da documentação de aquisição, solicitá-la na repartição fazendária do município onde se processará o licenciamento.

Pelo que consta dos autos, não houve o pedido por parte do arrematante e, por consequência, inexistiu o reconhecimento da isenção parcial do IPVA para o exercício de 2017, uma das razões de sustentação do indeferimento do pedido nos moldes da inicial.

De modo adverso, o Requerente adquiriu o veículo e quitou solidariamente o IPVA relativo ao exercício de 2017, originalmente de responsabilidade do arrematante do bem no leilão, sem observar os dispositivos legais em seu benefício.

Ressalta-se que a formalização do requerimento da isenção e sua concessão, direcionariam a valoração do IPVA/17 aos preceitos de cálculo ministrados no art. 28 do RIPVA, que determina o cálculo proporcional do imposto devido, como segue:

Art. 28. O valor do imposto será proporcional ao número de dias restantes no exercício, incluído o dia em que se deu a ocorrência do fato gerador, nas seguintes situações:

(...)

III - quando for relativo a veículo usado que não se encontrava anteriormente sujeito ao IPVA, em virtude de imunidade ou isenção.

(...)

Na forma do acima exposto, é devido o imposto relativo ao exercício de 2017 proporcionalmente aos dias restantes do exercício a contar da data da arrematação (13/09/17), tendo como sujeito passivo o proprietário do veículo, no caso, o arrematante, nos termos do art. 2º da Lei nº 14.937/03, alhures citada.

Desse modo, mesmo se o pedido estivesse acompanhado dos documentos de instrução que validasse quantia a restituir, careceria de autorização do arrematante, sujeito passivo da obrigação tributária relativa ao exercício pleiteado nos autos, para que o montante apurado fosse repassado ao requerente, em respeito ao disposto no art. 166 do Código Tributário Nacional – CTN, constatando-se, portanto, mais uma razão para o indeferimento do pedido na exordial.

Por todo o exposto, verifica-se não lograr êxito a impugnação com relação ao indeferimento do pleito inicial, por ausência de pressupostos de habilitação do solicitante, equívoco na interpretação do benefício destacado no edital e falta de requerimento necessário ao reconhecimento da isenção parcial do tributo, na repartição fazendária da circunscrição do município de licenciamento do veículo.

Da Restituição da TRLV

Em relação à restituição de valor recolhido referente à Taxa de Renovação de Licenciamento Anual do Veículo (TRLAV), o Requerente também finca suas razões no item 16.10 do Edital de Leilão.

Entretanto, razão não assiste ao Impugnante, pelos motivos expostos a seguir.

A Taxa de Renovação de Licenciamento Anual do Veículo (TRLAV) é modalidade de taxa de segurança pública e está prevista na Lei nº 6.763/75. Examine-se:

Art. 113 - A Taxa de Segurança Pública é devida:

I - pela utilização de serviços específicos e divisíveis, prestados pelo Estado em órgãos de sua administração, ou colocados à disposição de pessoa física ou jurídica cuja atividade exija do poder público estadual permanente vigilância policial ou administrativa, visando à preservação da segurança, da tranquilidade, da ordem, dos costumes e das garantias oferecidas ao direito de propriedade.

(...)

Art. 118 - A Taxa de Segurança Pública será exigida:

I - de ordinário, antes da prática do ato ou da assinatura do documento;

(...)

O fato gerador da TRLAV ocorre com a emissão de documento comprobatório de propriedade do veículo automotor. Como o serviço público específico e divisível prestado ao Impugnante, foi realizado pelo Detran-MG, procede a cobrança da TRLAV pelo estado de Minas Gerais.

Repisa-se, a citada taxa é devida ao Estado em face do ato de licenciamento do veículo. No caso dos autos, conforme se constata às fls. 06, o veículo foi licenciado em 11/12/17 em nome do Impugnante, configurando a hipótese prevista na norma para sua cobrança.

Em face da legislação e das provas trazidas aos autos, a pretensão do Requerente é totalmente desprovida de amparo legal, não coadunando no caso da TRLV com o disposto no edital, pelo mesmo erro de interpretação acima enumerado para o IPVA.

Portanto, não se reconhece as restituições pleiteadas.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Em razão da aplicação da Portaria nº 04, de 16/02/01, deu-se prosseguimento ao julgamento anterior realizado em 05/09/18. ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CC/MG, pelo voto de qualidade, em julgar improcedente a impugnação. Vencidos os Conselheiros Erick de Paula Carmo (Relator) e Lilian Cláudia de Souza que a julgavam parcialmente procedente para deferir a restituição do IPVA relativa ao período anterior a 13/09/17. Designado relator o Conselheiro Eduardo de Souza Assis (Revisor). Participou do julgamento, além do signatário e dos Conselheiros vencidos, a Conselheira Cindy Andrade Moraes.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2018.

**Eduardo de Souza Assis
Presidente / Relator designado**

CC/MG

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 23.065/18/3ª Rito: Sumário
PTA/AI: 16.001394805-67
Impugnação: 40.010145560-06
Impugnante: Marco Antônio Terra
CPF: 891.327.936-34
Origem: DF/Poços de Caldas

Voto proferido pelo Conselheiro Erick de Paula Carmo, nos termos do art. 53 do Regimento Interno do CC/MG.

A divergência entre o voto vencido e a decisão proferida no acórdão em referência decorre dos fundamentos a seguir expostos, precipuamente, cingindo-se ao deferimento proporcional da restituição do IPVA ao Contribuinte para o período anterior a 13/09/17.

No que concerne à incidência do fato gerador do IPVA, o Estado de Minas Gerais o instituiu, através da Lei estadual mineira nº 14.937/03, cujo art. 1º define os seus contornos legais, como se pode inferir de sua redação textual, *in litteris*:

Art. 1º - O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - **incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor** de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado. (Sem destaques no original).

(Destacou-se).

(...)

Quanto à ocorrência do fato gerador do IPVA mineiro, o § 3º do art. 2º da Lei nº 14.937/03 assim determina, *in litteris*:

Art. 2º. O fato gerador do imposto ocorre:

(...)

§ 3º. Tratando-se de **veículo usado que não se encontrava anteriormente sujeito a tributação, considera-se ocorrido o fato gerador na data em que se der o fato ensejador da perda da imunidade ou da isenção**. (Destacou-se).

Portanto, se houver qualquer fato concretizador da hipótese de isenção ou de imunidade e o veículo, objeto da tributação estatal, for usado, o IPVA será devido apenas após a data em que se verificar a perda da isenção ou da imunidade. E foi, exatamente, isso o que aconteceu no caso retratado nos autos, como será demonstrado alhures.

Noutro ponto, o leilão de arrematação administrativa de veículos usados apreendidos pelo Detran-MG (órgão público) é hipótese de isenção de IPVA mineiro,

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

como se pode conferir da redação textual do art. 3º, inciso XI, da Lei nº 14.937/03, *in verbis*:

Art. 3º É isenta do IPVA a propriedade de:

(...)

XI - veículo adquirido em leilão promovido pelo poder público, no período entre a data de sua apreensão e a data da arrematação;

(Destacou-se).

No caso dos autos, o requerente solicitou restituição do IPVA e da TRLAV (Taxa de Renovação do Licenciamento Anual do Veículo), recolhidos aos cofres públicos, ambos relativos ao exercício de 2017, de veículo automotor motocicleta.

Alegou o Impugnante, que o veículo se encontrava apreendido pelo Detran/MG e que o mesmo foi arrematado em leilão realizado em 13/09/17, sendo que o arrematante, por sua vez, o vendeu em 14/11/17 ao Requerente, ora Impugnante.

Apresentou cópia do Edital do Leilão Público (fl. 10) no qual, em seu item 16.10, garante a documentação do veículo independentemente da quitação de possíveis impostos vencidos. Examine-se:

16.10. Serão feitos o registro, a matrícula ou licença do veículo adquirido em leilão em nome do adquirente, independentemente de prova do pagamento do imposto vencido e dos acréscimos legais devidos antes da alienação, continuando o ex-proprietário responsável pelos débitos até então contraídos. (Grifou-se).

Informou que embora tivesse adquirido o veículo em 14/11/17, efetuou o pagamento do IPVA/2017 e TRLAV/2017 indevidamente através de débito em sua conta corrente, banco SISCOOB COOPEROSA (fls. 11/12), por pretender liquidar os débitos apresentados.

As telas do Detran/MG dos autos demonstram que a apreensão do veículo ocorreu no dia 15/02/16 e que a arrematação ocorreu no dia 13/09/17. Logo, neste período, a motocicleta, objeto do pedido de restituição, estava ao abrigo do instituto da isenção do IPVA.

Nesta esteira, o edital de leilão público de fl. 10 desonera o Contribuinte adquirente do veículo usado na hasta pública, quanto aos impostos anteriores à apreensão do veículo, isto é, antes do dia 15/02/16, o qual permanece como débito do antigo proprietário, antes da apreensão administrativa do veículo, e entre o período da apreensão e da arrematação do veículo persiste a isenção do IPVA, que apenas se perde, após a data da arrematação em hasta pública no Detran-MG, ou seja, no dia 13/09/17.

Desta feita, o art. 2º, § 3º da Lei nº 14.937/03 fixa a incidência do fato gerador do IPVA mineiro tão somente após a perda da isenção do art. 3º, inciso XI da Lei nº 14.937/2003. Portanto, apesar do Requerente ter recolhido, integralmente, o

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

exercício de 2017 do IPVA, deveria tê-lo feito apenas proporcionalmente ao número de dias restantes, ou seja, do dia 14/09/17 em diante até o final do exercício fiscal de 2017.

Este entendimento é corroborado pela redação textual do art. 28, inciso III do RIPVA/03, o qual dispõe que o pagamento do IPVA deverá ser proporcional ao número de dias restantes no exercício, incluindo-se o dia em que se deu a ocorrência do fato gerador do imposto em questão.

Apesar do art. 8º, inciso VIII do RIPVA/03, que regulamenta o direito de isenção do contribuinte, exigir a solicitação formal do contribuinte, junto à repartição fazendária competente, com os documentos comprobatórios da aquisição do veículo, para que faça jus à isenção do IPVA, cuida-se de obrigação acessória instituída pelo regulamento executivo estadual para que se resguarde o contribuinte da cobrança do imposto referente àquele exercício fiscal.

Portanto, a não observância da formalidade de requisição da isenção do IPVA mineiro não impede que o contribuinte solicite a restituição do aludido imposto pela via administrativa própria, acaso haja feito o pagamento indevido do imposto, contudo lhe resguardaria da sua cobrança pelo Estado de Minas Gerais e tornaria despendioso o procedimento administrativo burocrático da restituição do imposto.

Em adição, o art. 6º da Lei nº 14.937/03 é inaplicável ao caso concreto, pois o responsável originário pelo pagamento do imposto (pessoa diversa do Impugnante, fl. 09) teve o veículo apreendido pelo Detran/MG, sendo que a realização do leilão público interrompeu a solução de continuidade da cadeia de devedores do imposto, uma vez que o arrematante (também pessoa diversa do Impugnante, fl. 08) estava desobrigado do pagamento do imposto, por força do item 16.10 do edital de leilão público do veículo, objeto do pedido de restituição (documento de fl. 10).

Isso significa que o Requerente, ora Impugnante, é terceiro estranho ao fato gerador do IPVA/2017 e não é responsável tributário solidário do imposto, até mesmo porque o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 14.937/03 explicita a inaplicabilidade do prêmio do citado art. 6º ao adquirente do veículo em leilão público, *in litteris*:

Art. 6º O adquirente do veículo responde solidariamente com o proprietário anterior pelo pagamento do IPVA e dos acréscimos legais vencidos e não pagos.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica ao adquirente de veículo vendido em leilão promovido pelo poder público. (Grifo nosso).

Neste sentido, a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP confirma a tese jurídica da aquisição originária do veículo usado após a arrematação em leilão público, o que implica na extinção dos débitos de IPVA anteriores, *in litteris*:

ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - **VEÍCULO ARREMATADO EM LEILÃO PÚBLICO** - AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA - IPVA E MULTAS PRETÉRITAS - MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA O ATO OMISSIVO DE BAIXA

DAS MULTAS PRETÉRITAS E DOS DÉBITOS RELATIVOS AO IPVA DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES À ARREMAÇÃO DO **VEÍCULO EM LEILÃO PÚBLICO**. CABE AO DETRAN-RJ ENTREGAR O BEM **ARREMATADO** LIVRE DE PENDÊNCIA E A PROVA DOS AUTOS EVIDENCIA SUA DESÍDIA POR NÃO REGULARIZAR O BEM. ORDEM CONCEDIDA. SENTENÇA CONFIRMADA NO REEXAME NECESSÁRIO. (TJRJ - RN 0016948-57.2014.8.19.0087 - 5ª C.Cív. - REL. HENRIQUE CARLOS DE ANDRADE FIGUEIRA - DJE 23.10.2017). (DESTACOU-SE).

REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - ATO ADMINISTRATIVO - DÉBITOS FISCIAIS - **VEÍCULO ARREMATADO EM LEILÃO JUDICIAL** - PRETENSÃO DE TRANSFERÊNCIA DO **VEÍCULO** SEM RECOLHIMENTO DAS MULTAS E IPVA PENDENTES - ADMISSIBILIDADE - INEXIGIBILIDADE EM RELAÇÃO AO ARREMATANTE RECONHECIDA - PREVISÃO EXPRESSA EM EDITAL **PÚBLICO** DE LICITAÇÃO - ART. 130, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CTN - DECISÃO MANTIDA - RECURSO OFICIAL DESPROVIDO. (TJSP - RN 1045128-08.2016.8.26.0053 - SÃO PAULO - 1ª CDPÚB. - REL. DANILO PANIZZA - DJE 24.01.2018). (DESTACOU-SE).

No que se refere ao pedido de restituição da TRLAV/2017, aqui não assiste razão ao Contribuinte, pois, a TRLAV (Taxa de Renovação e Licenciamento Anual do Veículo) é uma taxa, decorrente da prestação de serviço público específico e divisível, isto é, a emissão de CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo).

Por ser a taxa, um tributo vinculado a uma atividade estatal prestada em benefício do contribuinte, basta que haja a prestação de serviço público a ele para que seja por ele devida, *ex vi* do art.118 da Lei nº 6.763/75.

Consoante o documento de fl. 06, o CRLV/2017 do veículo, objeto do pedido de restituição, é datado de 11/12/17 e corresponde à época de prestação do serviço público ao Contribuinte requerente, sendo que antes da prática do ato ou da assinatura do documento de aquisição do veículo, já seria exigida a taxa em questão.

Quanto à TRLAV/2017, é impertinente o questionamento acerca da isenção do tributo, pois não existe essa previsão em lei específica, segundo comanda o art. 176 do CTN.

Com fulcro no art. 406 do Código Civil, à falta de legislação pertinente aos juros moratórios dos valores, objeto de pedido de restituição, é aplicável a taxa prevista para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, ou seja, cabe a aplicação do art. 953 do RIR/99, que prevê a incidência da taxa SELIC para o montante, objeto do pedido de restituição. Destaco que os juros moratórios devem incidir, desde a data de solicitação da restituição pelo Contribuinte, isto é, o dia 02/02/18 (documento de fl. 02).

Trata-se de pedido implícito, que pode ser conhecido de ofício pelo julgador, consoante o princípio da extrapetição, *ex vi* do art. 322, § 1º do CPC c/c o art.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

15 do CPC, o qual determina a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, ante a hipótese de omissão das regras do Processo Tributário Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Isto posto, julgo procedente parcialmente o pedido de restituição, excluindo a exigência fiscal apenas da restituição da TRLAV/2017, com juros moratórios da taxa SELIC, aplicáveis desde o dia do pedido de solicitação da restituição, isto é, o dia 02/02/18. É esse o meu voto.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2018.

Erick de Paula Carmo
Conselheiro

CC/AMG